

É possível imaginar um jornalismo de reparação? Desafios na busca pelo direito ao tempo a partir da leitura de jornais escravocratas¹

Is it possible to imagine a journalism of reparation? Challenges in the search for the right to time from the reading of slavery-supporting newspapers

Bárbara Matias²

Jessica Almeida³

Joana Suarez⁴

Phellipy Jácome⁵

Resumo: O artigo tem como objetivo investigar o papel da imprensa escravocrata na negação do direito ao tempo para pessoas escravizadas, e discutir a possibilidade de um jornalismo de reparação. Para isso, analisa como jornais do século XIX retrataram e naturalizaram o racismo, defendendo a escravidão e postergando sua abolição. Em seguida, questiona se o jornalismo, marcado pela atualidade e pelo presentismo, pode promover reparação histórica. Aponta iniciativas contemporâneas, como a Alma Preta e o Projeto Querino, que resgatam narrativas silenciadas e reivindicam um jornalismo comprometido com a memória e a justiça social. O objetivo é investigar de que maneira diferentes abordagens jornalísticas podem lançar luz sobre os aspectos de uma prerrogativa ao tempo e à narrativa, bem como possibilitar maneiras de perceber, no presente, formas outras de relacionamento com o passado e o futuro.

Palavras-Chave: Temporalidade. Escravidão. Reparação.

Abstract: The article aims to investigate the role of the pro-slavery press in denying enslaved people the right to time and to discuss the possibility of reparative journalism. To this end, it analyzes how 19th-century newspapers portrayed and normalized racism, defended slavery, and delayed its abolition. It then questions whether journalism, marked by immediacy and presentism, can promote historical reparation. The article highlights contemporary initiatives such as Alma Preta and Projeto Querino, which reclaim silenced narratives and advocate for journalism committed to memory and social justice. The objective is to explore how different journalistic approaches can shed light on the prerogative of time and narrative, as well as enable new ways of relating to the past and future in the present.

Keywords: Temporality. Slavery. Reparation.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

² Mestre e doutoranda no PPGCom/UFMG, barbaralimam55@gmail.com

³ Jornalista e mestra no PPGCom/UFMG, almeidasantos.j@gmail.com

⁴ Jornalista e mestranda no PPGCom/UFMG joanakar@gmail.com

⁵ Professor e pesquisador permanente do PPGCom/UFMG. Doutor. phellipyjacome@gmail.com

1. Introdução

Em um ensaio bastante conhecido, Saidiya Hartman (2020) analisa a aparição de uma garota morta, a “Vênus negra”, em um arquivo escravocrata, sobre a qual restam inúmeras perguntas e poucas possibilidades de respostas a partir de pesquisas documentais. Afinal, as bases de arquivo para uma investigação desse tipo estão, elas próprias, marcadas pelo racismo e pelo silenciamento sistemático sobre as pessoas que tiveram suas experiências de vida expropriadas e transformadas numa espécie de fantasmagoria de uma alteridade impossível (Mbembe, 2014, 2017; Kilomba, 2019). Os processos de escravização geraram, de maneira deliberada, histórias únicas (Adichie, 2019) e testemunhas falhas (Hartman, 2020, p.14), que parecem ser incapazes de fornecer rastros ou vislumbres de possibilidades outras para além da violência apoderadora da vida de sujeitos negros reduzidos a mercadorias. Há, nesse sentido, uma negação do direito à memória, ao presente e as expectativas de futuro dessas pessoas. Como ressalta Hartman, “Vênus”, uma jovem africana despojada de subjetividades e reduzida a objeto de fascínio e degradação pela narrativa colonial, pode assumir inúmeras feições e estar representada em livros de contabilidade, em diários de feitores, como personagem de romances pornográficos do período escravocrata (Hartman, 2020, p. 13) e, acrescentamos, também em relatos jornalísticos.

Isso porque, apesar da existência de jornais antiescravagistas em parte do continente americano (Martin, 1916; Ripley, 1991; Zuleta, 1915; Rodríguez Asti, 1998) e também do florescimento de um jornalismo negro (Moura, 1984; Pinto, 2010, 2018; Cardoso, 2025), sobretudo no período oitocentista, é possível rastrear também toda uma rede racista que encontrou amparo e repercussão através da imprensa (Jácome, 2021; El Youssef, 2016). Por isso, se por um lado, é importante defender ações assumidas por jornais e jornalistas na luta abolicionista (como aquelas implementadas por Joaquim Nabuco, Luís Gama, entre muitas outras pessoas), também é fundamental sublinhar, por outro, –inclusive para cobrar formas de reparação– o papel ativo de experiências jornalísticas na propagação e naturalização de ideais racistas, seja por meio de relatos de castigos, anúncios de fugidos, artigos e cartas em apoio a políticas escravocratas.

Cabe, desde já, ressaltar a impossibilidade de uma síntese de tempos, ações e territórios na dissimile imprensa brasileira oitocentista (Barbosa, Ribeiro, Hohlfeldt, 2024). Também é importante enfatizar que não temos a pretensão da reconstituição do passado *tal-como-ele-foi*,

mas sim a produção de uma hermenêutica da consciência histórica (Ricoeur, 1997), a partir do jornalismo, para entender modos de *ser-afetado* por esses arquivos contemporaneamente, isto é, numa “tentativa de descrever obliquamente as formas de violências autorizadas no presente” (Hartman, 2020, p.31).

Tendo isso em vista, o objetivo deste artigo será o de realizar o desdobramento de três eixos complementares: 1) propor uma caracterização panorâmica, com suas heterogeneidades, de como pessoas escravizadas eram retratadas e tinham seu direito ao tempo impugnado em jornais durante o período escravocrata; 2) refletir acerca da (im)possibilidade de reparação histórica a partir das temporalidades jornalísticas; 03) caracterizar experiências informativas recentes numa luta por reparação. A intenção é investigar de que maneira diferentes abordagens jornalísticas podem lançar luz sobre os aspectos de uma prerrogativa ao tempo e à narrativa, bem como possibilitar maneiras de perceber, no presente, formas outras de relacionamento com o passado e o futuro.

Esse artigo é parte de uma pesquisa mais ampla sobre políticas temporais em jornais do século XIX. A consulta hemerográfica se deu em arquivos digitalizados e disponíveis em acervos como os da Biblioteca Nacional, de arquivos públicos estaduais e de jornais. Para tanto, elaboramos uma galáxia semântica que guiou nossas buscas: escravos, revolta, quilombos, fuga, manumissões, alforria, abolição, abolicionista, propaganda abolicionista, escravocrata, elemento servil, raça, África, homens de cor, negros; entre outros termos correlatos. Cabe remarcar que no campo da comunicação a relação entre imprensa e escravatura é ainda um terreno a ser desenvolvido e, mesmo na História, bibliografias sobre esse tema são infrequentes. Destacamos aqui os trabalhos de Luiz Gustavo Santos Cota (2013), Lilia Schwarcz (1987), Liana Maria Reis (1993; 2008) e Alain El Youssef (2016), que nos servem de referência.

2. Uma rede jornalística escravocrata

Nos registros da imprensa brasileira, é possível perceber que a discussão em torno dos processos de escravização existe antes mesmo do processo formal de independência. Em 1810, por exemplo, o *Correio Braziliense*⁶, folha pioneira de Hipólito da Costa (considerado patrono do jornalismo nacional), articulava sobre o “benefício incalculável” de atrair europeus, motivo pelo qual o governo deveria dar incentivos fiscais e conceder empréstimos para que colonos

⁶<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700142x&Pesq=aboli%c3%a7%c3%a3o%20da%20escravid%c3%a3o&pagfis=3352>

dessa região fossem aqui fixados. Para além das “vantagens econômicas”, o jornal aponta que a importação de pessoas da Europa traria o “melhoramento físico da espécie” e o “melhoramento moral” que o Brasil “tanto necessitava”. Em seguida, argumentava que a escravidão de negros africanos “continuada por toda a vida e a passada a toda a descendência” seria contrária aos “princípios da constituição moral do homem”. No entanto, postula que a “repentina extinção de escravos” seria pernicioso ao país, que necessitava de mão de obra e, por isso, defendia uma “abolição gradual, simultânea à imigração de europeus” (Correio, 1810, p. 238).

Uma defesa similar da importação de colonos brancos pode ser encontrada no pós-independência, por exemplo, no jornal *Abelha do Itaculuny*⁷, o segundo a ser publicado em Minas Gerais. Em 21 de março de 1825, ao refletir sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira, afirmava-se que “todos sabem que os escravos são incapazes de civilização; a maior parte morre miseravelmente, uns porque se abandonam a vícios assassinares, outros por falta de asseios” (Abelha, 1825, p. 1). Ou seja, há uma espécie de destino incontornável para pessoas escravizadas defendido pela folha: sem estarem submetidas à exploração, enfrentariam situações ainda mais degradantes, dada “a sua natureza”. Nesse sentido, a abolição da escravatura era explicada por este jornal com argumentos supremacistas, visando o embranquecimento da população brasileira: “Em vez da estupidez dos escravos negros, os homens brancos, e livres da Europa promoverão no Brasil aquele espírito de indústria, e aquela superioridade das artes Europeias, de que tanto o Brasil carece para igualar as nações mais cultas e civilizadas no Mundo” (Abelha, 1825, p. 1). Desse modo, já nas primeiras décadas do jornalismo brasileiro é possível detectar a defesa daquilo que Dussel (1993) chamaria de “delírio da modernidade” e de “en-cobrimento do outro”, na medida em que “raça” é transformada na categoria mental da colonialidade por excelência (Quijano, 2005), baseada no esvaziamento das historicidades de pessoas escravizadas e numa ficção universalista depreciativa daquilo que significaria a África.

Esse tipo de argumento será encontrado em vários jornais brasileiros ao longo de todo o século XIX. Na *Idade d’Ouro do Brasil*⁸ (1812, p. 2), primeiro jornal baiano, era defendido

⁷<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=778931&pesq=assassinadores&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=751>

⁸<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749940&Pesq=aboli%c3%a7%c3%a3o%20da%20escravid%c3%a3o&pagfis=560>

que, apesar das pressões inglesas, seria “perigoso fazer bem aos homens de repente, e em vez de se arrasar o edifício velho, deve-se ir abalando aos poucos, e tolerar alguns males para evitar outros maiores”. Desse modo, argumentava que o fim da escravidão deveria dar-se quando o país tivesse “braços suficientes” e não carecesse de “braços forçados”. Há, nesse tipo de reflexão, uma suposta defesa do fim da escravidão, que deveria ser feita de forma lenta, paulatina e, principalmente, sem prejuízos aos senhores ou à economia brasileira.

Em 1830, por exemplo, *O Novo Argos*⁹, jornal mineiro (província que contava com o maior número de pessoas escravizadas), afirmava que era necessário “fazer cessar este grande escândalo da Religião e da Lei Natural” que representava a escravidão. No entanto, pontuava: “estou certamente bem longe de pertencer àquela classe de pensadores abstratos que cogitam de emancipar os Negros sem atender à segurança dos brancos”, argumentando que seria da mais “crassa ignorância” supor que a transformação abrupta de milhares de escravos em membros “de uma comunhão de homens livres” traria bem ao Brasil (Argos, 1830, p. 1). Alegação similar pode ser vista em *A Patria*¹⁰, do Rio de Janeiro que, em 1881, dizia “desde 1850 em que entramos no trabalho da imprensa jornalística, sustentamos a urgência de se resolver o problema da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre”, mas três décadas depois de sua fundação, continuava ressaltando a necessidade de “respeitar direitos legitimados” e exigir uma “compensação do Estado” para indenizar o “possuidor de escravos, de modo a abrir mão da *sua posse*” (Patria, 1881, p. 1, grifos do jornal).

A defesa de fachada para uma abolição morosa era também estratégia para perpetuação do dispositivo escravocrata, que viria a ser formalmente extinto, como sabemos, somente em 1888. Ao nos aproximarmos da década de 1880, é bastante comum verificarmos críticas ferrenhas aos esforços de Sociedades e Clubes Abolicionistas, dos jangadeiros no Ceará¹¹ e de Joaquim Nabuco, taxados por alguns jornais como “agitadores”, “sectários do abolicionismo”, “perseguidores da lavoura”, “falsos filantropos”, “propagandistas incendiários”. O *Diário de Pernambuco*¹², por exemplo, publicou um artigo em 16 de março de 1883, dizendo que a

⁹ <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=759465&pasta=ano%20183&pesq=fazer%20cessar>

¹⁰ <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830330&pasta=ano%20188&pesq=substitui%C3%A7%C3%A3o%20do%20trabalho%20escravo%20pelo%20trabalho%20livre>

¹¹ Em 1881, jangadeiros liderados por Francisco José do Nascimento (Dragão do Mar) deram início a uma greve abolicionista em Fortaleza, recusando-se a transportar pessoas escravizadas a navios. Essa ação foi decisiva para que o Ceará se tornasse a primeira província brasileira a abolir a escravatura, em 25 de março de 1884.

¹² https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_06&pasta=ano%20188&pesq=%22gloria%20maldita%22&pagfis=7700

liberdade propiciada no Ceará deveria ser considerada como uma “glória maldita”, “perturbadora da paz” por gerar “furor do hipócrita delírio da emancipação” (Diário, 1883, p.4). E em várias folhas do final do século, tais como aquelas da década de 1810, continuava-se defendendo cautela e ressaltando os riscos do que se entendia como abolição “abrupta” do “elemento servil”. No *Jornal do Commercio* (RJ)¹³, em 02 de setembro de 1885, eram feitos cálculos a partir de discursos de deputados, no qual diagnosticava-se o fim “natural” da escravidão em algo em torno de cinco anos e meio, e registrava-se a “necessidade” de protelação desse tempo para não incorrer em riscos para a economia. Um ano antes, em 06 de setembro de 1884, *O Liberal Mineiro*¹⁴ também realizou cálculos a partir de projetos sobre a extinção da escravidão no parlamento brasileiro, chegando à conclusão de que esse dispositivo seria extinto “naturalmente” pelas leis vigentes em 1918.

Nesse sentido, a partir de pesquisas hemerotecárias, é possível diagnosticar em vários jornais brasileiros oitocentistas¹⁵ duas principais tendências de uma intensa rede narrativa escravocrata fundante de um projeto específico de nação: a) a defesa do incentivo à vinda de europeus, na qual a “raça branca” era colocada “naturalmente” como superior frente a uma África descrita de maneira vazia e desqualificante. Nesse ponto, o “atraso” brasileiro e suas formas de superação eram imaginados em diagnósticos racistas, b) uma discussão que abrigava de forma cínica a “extinção do elemento servil”, mas de forma a protelar a abolição da escravidão com críticas a pessoas que a defendiam na arena pública. Assim, é fundamental reconhecer que jornais brasileiros desempenharam um papel crucial na discussão sobre o tráfico de escravizados e a escravidão, desmentindo, como ressalta Youssef (2010, p.21), a ideia de que esses temas eram ausentes nos periódicos da época. A imprensa não apenas serviu como um ponto de divulgação de ideais racistas, mas também como uma arena de ação política, na qual questões relacionadas à escravidão eram discutidas, amplificadas e influenciavam condutas sociais.

Para além das duas tendências acima descritas, há também, em todo o século XIX, uma série de denúncias reproduzidas pelos jornais em relação a aquilombamentos e à fuga de pessoas escravizadas, bem como exemplos de comércio de humanos. Sobre essa temática, é

¹³ https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_07&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=13607

¹⁴ <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=248240&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=1815>

¹⁵ Para este artigo foram consultados cerca de oitenta jornais de distintas províncias no período (1808-1888) a partir de palavras-chave mencionadas na introdução.

bastante conhecido e referenciado o estudo clássico de Gilberto Freyre que, em 1963, publicou pesquisa antropológica a partir de anúncios de pessoas escravizadas. Naquele momento, Freyre estava interessado em identificar a origem territorial, bem como hábitos das pessoas ali expostas. Algumas décadas antes, Gondin da Fonseca também havia produzido um levantamento desse tipo de publicação em que contabilizou, entre 1808 e 1888, cerca de um milhão de anúncios somente na imprensa do Rio de Janeiro (1941, p. 27), então capital do império. Em nossa pesquisa, foi possível identificar que, apesar das várias assimetrias entre a quantidade e a perenidade das publicações no território brasileiro, todas as 19 províncias do período têm fartos exemplos desse tipo de publicação. Uma distinção importante nesses anúncios é a desumanização perpetrada também a partir de nomes e sujeitos próprios, que carregavam quase sempre traços das torturas sofridas e outros aspectos de distinção:

Fazem 12 dias que fugiu o moleque preto retinto de nome Simão tem 15 annos d'idade, é cheio de corpo. falla mansinho e anda vagarosamente, signaes no vazio, levou no corpo uma calça de infiar de estopilha; esse moleque chegou a pouco do distrito da Boa-Vista; e quem o capturar o deverá entregar na rua das Flores casa n.º 130 o au illm. sr. Fiock Romano Belem 20 Outnbro de 1868.

Diário de Belém

ATENÇÃO.
Campinas
Fugio no dia 3 de Outubro d'este anno, a Francisco Barreto de Souza, de sua fazenda de Alibaia, o escravo Lucas, crioulo, cõr fula, de 22 para 23 annos de idade, cujo escravo foi comprado a 14 de Dezembro do anno p. p. tendo vindo do Rio Grande do Norte em 29 de Agosto do mesmo anno. Este escravo não tem barbas, tem rosto comprido, é descarnado do corpo, e não é bonito de cara, intitula-se sapaleiro, e diz ser bom carreiro. Gratifica-se generosamente a quem o prender e levar a sua fazenda, ou a quem der noticia certa. Protesta-se contra quem o tiver acoutado.
Campinas 4 de Novembro de 1865.

Diário de S. Paulo

Compra-se um moleque de 14 a 18 annos de idade, que seja sadio, de boa figura e sem vicios. N'esta typographia dir-se-ha quem compra.

ESCRAVO FUGIDO.

Fugio hontem do engenho Mandacarú o escravo Cosme, crioulo de 35 annos de idade, alto, e barba fechada, tem bastantes marcas de bexigas; quem o aprehender e levar ao referido engenho será bem recompensado Parahyba 1.º de outubro de 1869.

Vende-se uma parte de uma escrava; quem pretender dirija-se a rua da Matriz n.º 8, que achará com quem tratar.

O Publicador (PB)

Paulo José de Mello tem hum escravo crioulo fugido ha perto de 8 mezes, de nome Anastacio, official de alfaiate, alto, magro, pouca barba e já pintada, assim como a cabeça, a pesar de ter pouco mais de 40 annos de idade; pés doentes de cravos, os dous primeiros dentes incisivos do queixo superior enfrestados, e com hum brinco na orelha. Quem lho levar á rua da Oração, casa N.º 8, será premiado convenientemente.

Idade D'Ouro do Brasil (BA)

FIGURA 1 – Recortes de narrativas escravistas
FONTE - Jornais brasileiros do século XIX

Ao nos depararmos com esses modos de narrativas jornalísticas, nos enfrentamos com inúmeros desafios éticos e epistêmicos: a) como denunciar dimensões escravagistas sem

reproduzir suas formas de violência também em nosso relato?, b) de que maneira esses arquivos racistas, inesperadamente, também convocam distintas táticas de resistência registradas, ao acaso, por jornais brasileiros? Qual teria sido o destino de Anastacio (fig.1) sobre quem o registro da violência escravocrata deixa escapar dons de alfaiataria (teria sido mesmo “dom”? Seria sua escolha em uma dimensão de liberdade?) Como seria a “fala mansinha” de Simão, garoto de 15 anos? É possível intuir a profusão de seu susto e seu ímpeto na fuga do cativeiro? Quem seria a mulher da qual vendia-se “uma parte” e cujo nome provavelmente nunca saberemos? Lucas e Cosme teriam conseguido a fuga efetiva ou foram recapturados pela sanha escravista?, c) De que forma podemos buscar políticas de reparação dos abusos e excessos encontrados na imprensa? Que planejavam, com que sonhavam garotos de 14 a 18 anos cujo comércio era realizado na própria tipografia? d) É possível resgatar a humanidade negada a essas pessoas? Como se pergunta Hartman (2020), seria possível conjurar algo novo a partir da ausência de pessoas negras como humanas nesse tipo de relato?

Como uma contra-narrativa pode encarnar a vida em palavras e, ao mesmo tempo, respeitar o que não podemos saber? (...) Pode a beleza fornecer um antídoto à desonra, e o amor uma maneira de “exumar gritos enterrados” e reanimar os mortos? Ou é a narração sua própria dádiva e seu próprio fim, isto é, tudo que é realizável quando a superação do passado e a redenção dos mortos não o são? (Hartman, 2020, p. 16)

Desse modo, é importante compreender que na relação entre narrativa e tempo, este último não deve ser entendido somente como um dado físico, mas também em toda sua dimensão política: Quem tem direito à memória, à ação e ao esquecimento? A quem é outorgado ou extorquido o direito de narrar aos outros e a si mesmo? Como isso implica questões relativas à democratização das narrativas e, em especial, às jornalísticas? A partir dos relatos escravocratas na imprensa brasileira, só podemos compreender o tempo como um direito muito mal distribuído e à espera de formas mais justas de seu compartilhamento. Assim, tal como defende Hartman, narrar contra-Histórias da escravidão deve ser sempre inseparável da escrita de uma História do presente, na medida em que isso seria condição “para escrever nosso agora enquanto ele é interrompido por esse passado e para imaginar um estado livre, não como o tempo antes do cativeiro ou da escravidão, mas como o antecipado futuro dessa escrita” (Hartman, 2020, p. 17).

Agora bem, a pesquisadora estadunidense trabalha, não sem barreiras, “fabulações críticas” (rearranjos narrativos em que se ressaltam a divergência para por em crise a

transparência das fontes) no interior da disciplina historiográfica que, por excelência, deve lidar cotidianamente com dimensões do passado e do arquivo, de seus abusos de memória e de esquecimento. Nesse ponto, a nosso ver, a demanda por políticas de “reparação” no âmbito do jornalismo encontra um desafio *sui generis*, na medida em que essa disciplina é caracterizada, muitas vezes, como o “relato do presente”, no qual dimensões de atualidade e aceleração são preconizadas como valores positivos da profissão. Como ressalta Mouillaud (2002), a informação é uma figura de visibilidade caracterizada pela efemeridade e fugacidade, tendo no apagamento uma de suas principais propriedades. Não por acaso, “[o] jornal é uma forma ameaçada de, a cada dia, transformar-se em pó. Nele, as informações aparecem como figuras nômades, que são apagadas em seu fluxo cotidiano” (Mouillaud, 2002, p. 44). Se o apagamento periódico do número anterior parece ser uma condição da existência “atual” do jornalismo (afinal, em geral, acessam-se produtos jornalísticos em busca daquilo que está acontecendo “agora” e não da disposição noticiosa plasmada no passado), seria viável pensar, nesse regime temporal, possibilidades de reparação? É possível cobrar revisões das formas de alterização jornalística? Se sim, uma reflexão temporal mais densa do que a noção de “atualidade”, pensamos, deve ser necessariamente trazida à roda.

3. É possível falar em reparação “histórica” pelo jornalismo?

Se consideramos importante lidar com esses arquivos escravocratas, realizar denúncias e buscar ações afirmativas nas mídias, é necessário salientar que o desafio contemporâneo de pensar em políticas de reparação jornalística encontra, nas premissas desse campo específico, poucos protocolos epistêmicos e metodológicos para romper uma lógica construída com base no presentismo. “Últimas notícias”, “Cobertura 24 horas”, “Urgente”, “Atualizações a cada minuto”, “Jornalismo em tempo real”, “Nunca desliga”, “O primeiro em dar as últimas”, “Em 20 minutos tudo pode mudar”. Esses são alguns qualificadores, expressões e slogans que frequentemente ouvimos, lemos e assistimos no nosso cotidiano com produtos jornalísticos variados. Tais modos de autorreferenciação são indicativos de como as mídias têm percebido sua relação com o tempo: por um lado, marcado pelo imediatismo, pela novidade, pela lógica do “furo” (Silva, 2014) e, por outro, por um silenciamento em relação às possibilidades de transformação do passado e mesmo de formas de responsabilização e de revisão mais abrangentes no presente.

É certo que vários jornais adotam a prática das “erratas”, mas que, muitas vezes, se atém à gramática, à edição, ou a correções de nomes próprios publicados de maneira equivocada, e que seguem, de alguma maneira, a lógica de uma correção rápida, para evitar maiores desgastes. É também correto que vários empreendimentos jornalísticos propõem “efemérides” e “edições comemorativas”, tanto no sentido da percepção de mudanças sociais quanto para remarcar a sua presença como testemunha da história. No entanto, dimensões temporais mais amplas e exame de condutas realizadas no passado ainda são experiências bastante escassas, principalmente, nas mídias de referência.

Na defesa do caráter inaugural da notícia e de um tempo por vir, o jornalismo acaba, muitas vezes, por obliterar o passado ou tratá-lo como uma temporalidade que não ocuparia parte relevante de sua prática. Assim, menos do que um agente *na* história, o jornalismo agiria *para* a História. Essa percepção fica evidente, por exemplo, nos *Princípios Editoriais do Grupo Globo*, em que se afirma: “O jornalista investiga os fatos, pouco a pouco, e vai montando um quebra-cabeça. O retrato final estará ainda incompleto, à espera da História, mas terá de ser já, necessariamente, uma silhueta com contornos visíveis” (Princípios, 2011, s/p). No mesmo documento, ainda é afirmado que o conhecimento produzido jornalisticamente até poderia ser aprofundado em reportagens com maior fôlego, mas que a tarefa principal caberia a “cientistas sociais e historiadores, quando estes profissionais tivessem acesso a outros documentos sobre determinado acontecimento” (Princípios, 2011, s/p).

Esse tipo de diagnóstico também pode ser encontrado em transformações editoriais da *Folha de S. Paulo*; *Estadão*; *Estado de Minas* e em outras mídias jornalísticas (Jácome, Leal e Manna, 2017). Nesse sentido, o jornalismo parece condicionar a possibilidade de reparação a outras disciplinas que não a sua, confiando que aquilo que produz hoje, amanhã será passado sem maiores consequências para a sua lida eterna com o presente. A escrita jornalística, como ressaltava Antunes (2007, p. 290), “tem aparecido como uma espécie de ‘vidente do presente’, um discurso em que ver o passado e prever o futuro aparecem enclausurados em uma inteligibilidade orientada para a primazia ao presente equiparado à atualidade, para o ‘presentismo’”. Importante esclarecer que uma relação problemática com o passado pode ser vislumbrada para além de discursos contemporâneos. Um exemplo entre outros pode ser verificado em 1950, quando o *Diário Carioca* passava por sua etapa de modernização. No primeiro dia daquele ano, Renato Jobim publicou texto intitulado “Reflexões sobre o Jornalismo”. Nele, o autor dissertava acerca da importância das práticas jornalísticas, bem

como sobre problemas que a atividade enfrentava. Num determinado ponto, ao abordar a questão do passado, Jobim cita uma passagem atribuída ao francês Léon Daudet, segundo o qual,

[e]m geral, o jornalismo envelhece logo, pela razão de uma atualidade sempre móvel e mutável; a arte do jornalista é particularmente caduca. Tenho em mãos uma coleção da maravilha que era a Lanterne de Rochefort. Está entreaberta e dela exala um mau cheiro de túmulo, onde vislumbro maxilares que riem macabramente. (DIÁRIO, 1950, p.6).

O passado é, nessa perspectiva, aquilo que surge como algo enterrado vivo e que, desse modo, seguiria nos assombrando. Por isso, dita passagem é um índice revelador de como a questão da historicidade parece ser algo extremamente complexo para o jornalismo, ao mesmo tempo em que se configura como um desafio teórico e metodológico para pensarmos políticas de reparação. Importante, neste ponto, destacar que mesmo em reflexões de referência sobre história do jornalismo, a questão da possibilidade de reparação ainda parece não encontrar esteio. Obras como *História da Imprensa no Brasil* (Werneck Sodré, 1966); *O nascimento da imprensa brasileira* (Lustosa, 2003), *História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)* (Molina, 2015), *Jornal, história e técnica. História da imprensa brasileira* (Bahia, 1990) com pesquisas arquivísticas de grande fôlego, ainda se empenham na busca de uma gênese para o jornalismo, dividido em períodos muito delimitados, e com pouca abertura para discussões de como as narrativas e propostas editoriais do passado impactam no presente. Ao demarcarem o jornalismo por uma linearidade temporal e ao tratarem de periódicos específicos de forma isolada, menos por uma intenção de inquirir tais jornais, acabam por não oferecer instrumentos de políticas de reparação. Como afirma Muniz Sodré (2015), a história da imprensa apresenta uma grande dificuldade em encarar porosidades e responsabilizações pela perpetuação do racismo. Um dos motivos desse diagnóstico, argumentamos, é que a percepção do tempo no âmbito do jornalismo e suas reflexões está intrinsecamente associada a uma sensação de urgência e aceleração, que deriva de sua forte vinculação com o conceito de atualidade, ou seja, com a conexão imediata ao presente (Almeida, 2022). Essa dimensão pode ser percebida, inclusive, em formulações teóricas criteriosas.

Carlos Eduardo Franciscato (2005; 2014), por exemplo, destaca que a definição do jornalismo e de seu impacto na sociedade está intrinsecamente ligada ao fenômeno temporal. O autor utiliza uma abordagem histórica como estratégia metodológica para analisar

fenômenos que moldaram o jornalismo como uma instituição social, integrando práticas, princípios e valores. Franciscato propõe o conceito de “atualidade jornalística” para compreender, de forma articulada e complementar, a pluralidade de aspectos temporais envolvidos na atividade jornalística. Desse modo, identifica cinco categorias, explorando como os atores envolvidos (jornalistas, organizações, instituições e públicos) estabelecem relações diferenciadas com os produtos e processos sociais em cada um desses fenômenos. São elas: a) instantaneidade, b) simultaneidade, c) periodicidade, d) novidade, e) revelação pública.

A *instantaneidade* é abordada pelo autor em duas dimensões: a física e a sociocultural. A primeira trata da ilusão de ausência de intervalo temporal entre o evento, sua transmissão e a recepção pelo público. A segunda considera a instantaneidade como um valor normativo que identifica o produto jornalístico como conteúdo atual, aproximando os eventos da experiência cotidiana do público, especialmente com a aceleração da produção noticiosa. A *simultaneidade*, por sua vez, é definida como a capacidade de sincronizar ações ou eventos que ocorrem no mesmo momento, mesmo com diferenças em velocidade, duração e desdobramentos. Segundo Franciscato (2014), ela teria emergido entre os séculos XVII e XIX, fortalecendo o senso de comunidade, especialmente pelos jornais, que tornaram a leitura um hábito social ritualizado. O jornalismo constrói a sensação de atualidade, propondo estratégias para superar dissonâncias temporais e criar uma experiência coletiva. Já a *periodicidade* tratar-se-ia, para o autor, de um dos fenômenos temporais mais significativos do jornalismo, na medida em que redefine a experiência social do tempo ao estabelecer intervalos regulares para a produção noticiosa. Isso criou um mecanismo de organização do tempo social, com cronogramas rígidos nas redações e sincronização com os ritmos cotidianos (Franciscato, 2014, p. 113). A periodicidade gera expectativas no público, estabelecendo rotinas e condicionando sua relação com a realidade, importantes num contexto social de franca aceleração. Por sua vez, a *novidade* no jornalismo estaria ligada à lógica de inovação, apresentando hierarquizações de relevância para eventos, oferecidos como importantes e curiosos para a coletividade. Historicamente, enfatiza o autor, o jornalismo se constituiu para tornar a novidade uma resposta à expectativa de expandir a experiência social e cultural do presente. Por fim, a *revelação pública*, proposta por Franciscato (2014), destaca que o jornalismo não apenas registraria, mas também construiria o tempo presente, intervindo na definição da temporalidade através de suas regras discursivas, compartilhadas com seus públicos.

A abordagem de Franciscato apresenta, certamente, rigor e sistematicidade às reflexões temporais no jornalismo. No entanto, as cinco categorias propostas, apesar de exprimirem uma diversificação importante no âmbito dos estudos jornalísticos, ainda parecem incapazes de abordar questões relativas à reparação histórica e a reflexões mais detidas e necessárias sobre formas de lidarmos (a partir daquilo que propomos neste artigo) com arquivos e produções escravocratas. Se seguirmos apelando a um presente acanhado como definidor das práticas e reflexões jornalísticas, a possibilidade de reparar e de buscarmos formas de restituir humanidade negada pelo jornalismo a esses sujeitos será certamente tímida ou até mesmo anulada. E, de forma ainda mais grave, seguiremos sem refletir e/ou construir ferramentas para lidar com permanências, renovações e mutações desse racismo no presente.

Essas dimensões estão plasmadas na pouca presença de pessoas negras nas redações brasileiras¹⁶, na ocasional discussão sobre raça em projetos político pedagógicos nos cursos superiores em jornalismo (Cardoso, 2025), na fragilidade na discussão de questões raciais (Francisco, 2024) e também na construção pouco frequente de dimensões historicizantes de critérios de noticiabilidade. Basta uma rápida busca por notícias que tratam sobre racismo em mídias brasileiras para perceber que, na maioria das vezes, esses crimes são narrados como casos particulares, ou com uma noção vaga de “estrutura”, sem a exposição da relação com o passado escravocrata do país. Em muitos casos, expressões e procedimentos desumanizantes são mobilizados irrefletidamente, reduzindo sujeitos, expropriando seu tempo e suas subjetividades:

VÍDEO: operadora de caixa denuncia racismo em supermercado de área nobre de BH: 'Você tem essa corzinha'

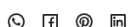
Segundo a vítima, a suspeita se disse ser juíza e ameaçou a empregada do EPA, no bairro Belvedere. Polícia investiga o caso.

Por **Jô Andrade**, **Francielly Santiago**, g1 Minas — Belo Horizonte
06/11/2024 09h54 · Atualizado há 2 semanas

Cotidiano

'Não se contamine': marca cristã é acusada de racismo; OAB repudia

Maurício Businari · Colaboração para o UOL
02/12/2024 16h48



VÍDEO: Homem branco paga R\$ 10 a homem negro para açoitá-lo com cinto em MG

Agressor disse que o vídeo foi gravado com o consentimento da vítima, que é usuária de drogas. Cenas da agressão ocorreram em frente a um bar em Itaúna, no Centro-Oeste de MG.

Por **Anna Lúcia Silva**, g1 Centro-Oeste de Minas — Itaúna
21/11/2024 12h52 · Atualizado há 4 dias

Cotidiano

Criança sofre racismo em escola municipal de SP: 'Macaco igual você'

Lorena Barros · Do UOL, em São Paulo
12/11/2024 10h21 · Atualizada em 12/11/2024 10h32



¹⁶ <https://perfildojornalista.ufsc.br/resultados-da-pesquisa-de-2021/>

FIGURA 2 – Recortes de narrativas jornalísticas
FONTE - Jornais brasileiros do século XXI

Disputar o tempo e cobrar formas amplas de reparação demanda exigir outras formas de lidar com arquivos, narrativas e com o passado *jornalisticamente* para além de uma lógica atualista. Assumindo essa demanda, algumas mídias contemporâneas vêm apontando para uma relação densa com o tempo, a partir de práticas, relações metafóricas, gestos teóricos e metodológicos que tentam racializar narrativas jornalísticas em busca de possibilidades de reparação. Enquanto o jornalismo, em sua faceta mais normativa e hegemônica, a partir da lente do presentismo, determina a temporalidade pela “atualidade”, com uma grande dificuldade de historicidade, estas experiências parecem trabalhar o passado numa tentativa de responsabilização. Menos do que idealizar a totalidade temporal e uma instantaneidade, algumas destas mídias agem a partir das condições sociais, temporais e históricas raciais que atravessam o jornalismo.

4. Dimensões temporais na busca por reparação

A escravização de pessoas negras é aspecto fundamental para compreendermos relações sociais, econômicas e identitárias no Brasil. Como um dispositivo bastante exitoso e duradouro, produziu escamoteação organizada de mulheres e homens transformados em objeto e mercadoria, tendo negada a produção de narrativas e arquivos sobre si-mesmos. Em suma, com a expropriação de seus direitos ao tempo: à memória, à expectativa, ao cotidiano em liberdade. Como esperamos ter demonstrado ao longo desse texto, ações jornalísticas foram fundamentais na propagação e naturalização de políticas racistas, que encontram consequências até hoje e, por isso, demandam formas de reparação.

Há, nesse sentido, uma história e uma teorização por construir-se de mídias jornalísticas que se preocupam com dimensões temporais mais amplas, que indicam caminhos para uma possibilidade dessa reparação histórica e de restauração de alguma dignidade a pessoas que tiveram suas vidas capturadas pela narrativa escravocrata e seus desdobramentos. Iniciativas jornalísticas com forte presença de profissionais negros, inspirados em mídias negras resistentes e vanguardistas dos séculos XIX e XX (como o foram *O Homem*, *O Progresso*, *A Voz da Raça*, *Quilombo*, *Nzinga* entre outros exemplos), podem ser identificadas no panorama

brasileiro contemporâneo com uma proposta reflexiva sobre o trabalho que exercem e as problemáticas raciais nas quais estão inseridas.

Essas propostas, para além de realizarem uma discussão atual, interessam-se por relações mais amplas, lançando mão de arquivos oficiais, mas também buscando outras maneiras de conexão entre temporalidades emaranhadas, espiraladas (Martins, 2021), desafiando, muitas vezes, a lógica linear de passado-presente-futuro. Ditas experiências jornalísticas se manifestam em várias materialidades (como sonoras, textuais, audiovisuais), mas encontram formas de propagação, principalmente em mídias digitais. Alguns exemplos que ressaltamos são *Alma Preta* (agência de notícias criada em 2015), *História Preta* (podcast produzido por Thiago André desde 2018), *Projeto Querino* (proposta multiplataforma concebida por Tiago Rogero desde 2022), *Nós, mulheres da periferia* (coletivo fundado em 2014), *AzMina* (revista fundada em 2015).

Esses produtos, com as suas marcações singulares em manifestos e projetos editoriais parecem questionar os valores modernos jornalísticos ao passo que recobram formas temporais racializadas questionadoras da história oficial. Nesse sentido, como aponta Fabiana Moraes (2022), em um país profundamente desigual, há limites em ser neutro ou imparcial, na medida em que essas categorias são “tratadas geralmente sem a presença fundamental das discussões raciais e de gênero, sem uma perspectiva do poder e de territórios, sem estar atrelados à própria branca e excludente epistemologia jornalística” (Moraes, 2022, p.33). Sendo assim, tal como a “atualidade”, a objetividade também pode acabar servindo como um impeditivo de políticas de reparação, gerando relatos descorporificados ou assentados em lógicas questionáveis que negam os impactos dos processos raciais (Silva, 2014; Moraes, Silva, 2021a; Moraes, Silva, 2021b).

Por isso, nos interessa aqui indicar iniciativas racializadas que já nascem no ambiente digital com outra perspectiva. A agência *Alma Preta Jornalismo*, fundada em 2015, escreve em seus princípios editoriais, na apresentação de “Quem Somos”¹⁷: “A agência não acredita na existência de um jornalismo neutro ou imparcial e aposta em um trabalho posicionado e transparente com o público.” Assim, assume o posicionamento do seu narrar, gesto que é, de forma constante, obliterado por discursos e valores que tentam universalizar o jornalismo. Com uma tentativa de rever esses valores, e marcar o lugar que se inserem, completam no editorial:

¹⁷ Disponível em: <https://almapreta.com.br/quem-somos/>. Acesso em 21/02/2025

“A agência tem uma pluralidade de vozes negras, com pessoas de diferentes regiões do país e diversas orientações sexuais e gênero”.

Com esse objetivo, agência *Alma Preta* transita por distintas frentes no jornalismo, na cobertura de segurança, direitos humanos, cultura, comportamento, política, entre outros variados, e lançou em agosto de 2023 o seu primeiro manual de redação antirracista. Com essa proposta de se criar um manual com referências para o jornalismo, a agência retoma a história da imprensa negra, desde o jornal *O Homem de Cor* (1833) e a *Revista Raça* (1990), pioneiros em seus formatos, sempre com caráter político de exigência de direitos e questionamento do poder público.

Compreendemos que o Manual de Redação da *Alma Preta*¹⁸ surge nesse campo por entender que era necessário propor um novo posicionamento na história da imprensa e novas linguagens -à diferença, por exemplo, das edições do *Manual da Folha de S. Paulo*-. Com um direcionamento pedagógico para técnicas, linguagens, modos de produção, estrutura do lead, os manuais de redação buscavam a padronização dos textos jornalísticos e também a uniformização da linguagem dos diferentes jornais (Ribeiro, 2002). No entanto, *Alma Preta* se posiciona entre muitas de escolhas políticas, optando pelo uso do feminino como pronome neutro, “de forma a romper com uma estrutura de linguagem que reproduz o masculino como universal”. Portanto, o manual foi desenvolvido para “suprir duas demandas compartilhadas por gerações de jornalistas e comunicadoras negras: o desejo de reunir os aprendizados da população negra ao longo da história da imprensa e a criação de paradigmas para servir de norte para as práticas da mídia negra.”

Nesse sentido, reconhecemos que o movimento do qual *Alma Preta* é parte também é escrito por outros coletivos que, em suas demandas e projetos singulares, parecem colocar o jornalismo em um outro lugar, a partir da relação política com o tempo e outros fluxos de memória. É o caso, por exemplo, em meados do século XX, do ativismo da filósofa Lélia Gonzalez e outras pessoas na criação do jornal *Nzinga Informativo*, uma publicação organizada pelo coletivo de Mulheres Negras e fundado em 1985. Esta foi uma mídia que atravessava relações de gênero, sexualidade, raça e território com o objetivo de fundar uma comunicação democrática e voltada para mulheres negras das periferias. De acordo com Viviane Freitas (2018) o *Nzinga* foi o primeiro periódico que retratou o feminismo a partir de um recorte racial,

¹⁸ Disponível em: <https://almapreta.com.br/manual-de-redacao/>. Acesso em 21/02/2025

de forma política, questionando a universalidade que oblitera opressões raciais e a diferença de posicionamentos sociais entre mulheres. Essa referência também se sustenta em experiências recentes, como no coletivo *Nós, Mulheres da Periferia*, de 2014, fundado e produzido por/para mulheres. Na Linha Editorial é posto a intenção de mobilizar narrativas em favor de direitos, sobretudo, às mulheres negras e moradoras das periferias:

O Nós, Mulheres da periferia é um site jornalístico dedicado a repercutir a opinião e a história de mulheres negras e periféricas. Nosso compromisso é oferecer um outro jeito de ver os acontecimentos no Brasil e no mundo e contribuir para a construção de uma sociedade plural, antirracista e não patricarcal. (NÓS, MULHERES DA PERIFERIA, online)

Com essas marcações, *Nós, Mulheres da Periferia* parece trazer o que entendemos como uma tentativa de reparação, quando atribui outras formas de se propor narrativas jornalísticas, convocando uma rede geracional ancestral (Matias, 2023). Exemplo disso é quando o coletivo atribui ao *Nzinga Informativo* o pioneirismo e inspiração para a sua própria atuação e um editorial marcadamente político na relação entre gênero, raça e territorialidade, numa tentativa de resgatar referências e reivindicar a memória de mulheres negras. Nesse sentido, outras formas de se imaginar o passado e o futuro são convocadas como parte de uma tradição fundada por mulheres negras das periferias. Esse movimento parece ser traçado também na *Revista AzMina*, que foca na cobertura de gênero com perspectiva racial, inclusive compondo uma equipe de profissionais em maioria negra. Isso resulta em reportagens como a escrita por Ana Paula Lisboa, na qual aborda as histórias das mulheres negras¹⁹ que foram a primeira geração de suas famílias a fazer curso superior e quebraram o ciclo de empregadas domésticas de suas mães, avós e bisavós. Em 2021, no mês da mulher, em março, *AzMina* realizou ainda a campanha Pretagonistas²⁰, celebrando Luíza Mahin, Esperança Garcia, Antonieta de Barros, Maria Firmina Reis e Aqualtune, mulheres negras que marcaram a história do Brasil, mas cujas trajetórias ainda são desconhecidas do grande público.

Do ponto de vista do uso de arquivos (inclusive jornalísticos), ressaltam-se experiências como *História Preta* e o *Projeto Querino*. Se, numa perspectiva atualista, o jornalismo torna a todo o instante seu presente, passado; o movimento contrário também é produzido por essas mídias de reparação, na medida em que o passado se torna uma intensa arena de debate e de

¹⁹ <https://azmina.com.br/reportagens/primeira-geracao-rompendo-o-ciclo-familiar-de-trabalho-domestico-no-brasil/>

²⁰ <https://azmina.com.br/reportagens/heroinas-negras-do-brasil/>

disputas pelas temporalidades do presente. O podcast *História Preta* narra a memória histórica da população negra no Brasil e no Mundo. Esse produto sonoro é produzido por Thiago André, que percebeu a não existência de histórias sobre a população negra no Brasil. Desde 2019, o podcast se imbuí em refletir sobre temas históricos que não necessariamente cabem numa narrativa linear da história, além de propor outros regimes de memória e esquecimento a partir de marcadores raciais. Por certos pontos de aproximação, o podcast *Projeto Querino* - disponível também em formato de livro “*Projeto Querino: um olhar afrocentrado sobre a história do Brasil*” (2024) de Tiago Rogero, justamente mostra como a História explica o Brasil de agora. Os episódios trazem o passado para o agora, com um olhar “afrocentrado”, apontando para o protagonismo negro na construção do país. O produtor e apresentador contou, em algumas entrevistas, que busca incomodar também aos ouvintes e leitores - com o fato de que, por muitos anos, ouvimos que o Brasil foi “descoberto” em 1500, enquanto poucas pessoas sabem o que foi a Revolta dos Malês (uma revolta dos povos escravizados em Salvador-BA, em 1835). Por sua vez, Thiago André, criador do *História Preta*, se reconectou com suas raízes ao ingressar na universidade em 2013 e “descobrir” a história da população negra. Fundou o podcast em 2019, e rapidamente atingiu mais de 1 milhão de plays e uma audiência fiel aos episódios que trazem figuras históricas esquecidas e eventos marcantes com contexto negro.

Em nossa compreensão, essas mídias parecem apontar para uma tentativa de abrir os estratos do passado e a sua atualização no presente. Com esse movimento, nos parece um gesto de tornar contemporâneo experiências muitas vezes apartadas de sua historicidade pela narrativa do progresso, além de uma responsabilização de jornais escravocratas, da produção de racismo que segue no contemporâneo e da própria história do Brasil. Ou seja, parecem compreender o passado por sua agência no presente. Assim, acabam por traçar um movimento simultâneo em reforçar a tradicionalidade negra como missão e de se colocar como parte dessa tradição. Desse modo, por diferentes gestos de fabulação, assume a impossibilidade de recuperar uma totalidade, e traçar no presente, ações que responsabilizam o passado e imaginários futuros. Assim, como discute Fonseca (2014), menos do que almejar uma universalidade, o jornalismo poderia ser questionado por suas experiências singulares e diversas que participam de uma escrita jornalística do mundo.

5. Para seguir pensando formas de reparação

Diante do papel histórico da imprensa na disseminação e naturalização de discursos escravocratas, torna-se imprescindível refletir sobre o potencial de um jornalismo de reparação. Se a própria prática jornalística tem sido moldada por uma lógica de presentismo e efemeridade, como romper essa estrutura e reivindicar a responsabilidade pelos passados que ainda reverberam no presente?

As experiências contemporâneas de mídias racializadas demonstram que é possível reconfigurar o tempo no jornalismo, resgatando narrativas silenciadas e reposicionando sujeitos historicamente marginalizados. No entanto, até que ponto tais iniciativas conseguem influenciar as mídias hegemônicas e uma visada normativa sobre o jornalismo? E mais: o que significa reparar quando as próprias instituições jornalísticas muitas vezes evitam olhar criticamente para sua trajetória? Se o tempo tem sido historicamente negado a determinados grupos, qual o papel do jornalismo na redistribuição desse direito? Como construir um jornalismo que, em vez de apagar rastros, permita que histórias antes expropriadas tenham visibilidade e consequência? De que maneira podemos pensar em reflexões jornalísticas mais abrangentes, incluindo o tempo não como algo a ser reproduzido, mas a ser disputado?

Essas são algumas das questões que permanecem em aberto e que exigem um comprometimento contínuo das práticas e reflexões jornalísticas com a memória, a justiça social e a democratização das narrativas. Nesse artigo, o objetivo foi o de rastrear uma rede escravocrata amparada pelo jornalismo, buscando perceber como haveria uma (im)possibilidade de reparação a partir das teorizações e ações temporais. Por fim, refletimos a partir de fenômenos contemporâneos, com a intenção de conectar experiências de uma contra-História. Afinal, se o jornalismo tem sido um instrumento de poder na construção de determinadas historicidades, ele também pode ser um espaço de disputa para novas possibilidades de futuro-passado. Em suma, para se imaginar maneiras de reparação.

Referências

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, J. The Daily, **O Assunto e Café da Manhã**: A produção da atualidade em podcasts diários de notícias. Dissertação (Mestrado em Comunicação)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

ANTUNES, E. **Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007

BAHIA, J. Jornal, história e técnica. **História da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, M. C.; RIBEIRO, A. P. G. (Org.) ; HOHLFELDT, A. (Org.) . **História da imprensa no Brasil do século XIX**. 1. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: PUC-RS/ PUC Rio, 2024. v. 1. 551p .

CARDOSO, A. C. S. **A cor de quem escreve narra a história de quem lê: Jornalismo negro no Brasil , história e relações com o movimento negro.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Sergipe, 2025

COTA, L. G. S. **Ave, libertas:** abolicionismos e luta pela liberdade em Minas Gerais na última década da escravidão. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito de modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1993.

EL YOUSSEF, A. **Imprensa e escravidão:** política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850). São Paulo: Intermeios, 2016.

FONSECA, A. C. É tudo um mesmo jornalismo? In: **Para entender o jornalismo.** Orgs: LEAL, B. S, ANTUNES, E., VAZ, P. B. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 19-28.

FRANCISCO, R. **O acontecimento George Floyd transformado em palavras, narrativa e discurso pelo jornal Em Pauta da Globo News.** Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

FREYRE, G. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.** Recife: Imprensa Universitária, 1963.

FONSECA, G. **Biografia do jornalismo carioca (1808-1908).** Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

FRANCISCATO, C. E.. **A Fabricação do Presente** - Como o Jornalismo Reformulou a Experiência do Tempo nas Sociedades Ocidentais. São Cristóvão (SE): Editora Universidade Federal de Sergipe, 2005

FRANCISCATO, C. E.. **O jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais.** Brazilian Journalism Research (Online), v. II, p. 96-123, 2014.

Freitas, V. G. **Feminismos na imprensa alternativa brasileira:** quatro décadas de lutas por direitos. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

HARTMAN, S.. **Vênus em dois atos.** Revista Eco-Pós, 23(3), 2020 pp 12–33.

HARTMAN, S. **Vidas Rebeldes, Belos Experimentos:** Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais. Tradução de Floresta. São Paulo: Fósforo, 2022.

JÁCOME, P.; LEAL, B. S. ; Manna, Nuno. **Mudar para permanecer o mesmo:** marcas de um discurso de autolegitimação jornalística na história. GALÁXIA (SÃO PAULO. ONLINE), p. 149-162, 2017.

JÁCOME, P. **A constituição moderna do jornalismo no Brasil.** Curitiba: Appris, 2020.

JÁCOME, P. **Escravidão e Abolicionismo na imprensa mineira do século XIX.** Revista Contemporânea| Comunicação e Cultura, v.19, n.3, set-dez 2021 – 119-134.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019

LUSTOSA, I. **O nascimento da imprensa brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

Manual de Redação: o jornalismo antirracista a partir da experiência da Alma Preta. 2023.

MARTIN, A E. “Pioneer Anti-Slavery Press.” *The Mississippi Valley Historical Review*, vol. 2, no. 4, 1916, pp. 509–28. *JSTOR*, <https://doi.org/10.2307/1886909>. Accessed 23 Feb. 2025.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2021

MATIAS, B. M. L. **"Mas tão brilho que vai ser esse sol, esses cacos, esse encontro"**: a proposta narrativa do "jornalismo de beirada" pelo coletivo Nós, Mulheres da Periferia. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

MBEMBE, A. **Sair da grande da noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Serra da Amoreira: Pedagogo, 2014.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. 2. ed. Lisboa: Antígona, 2017.

MOLINA, M. M. **História dos jornais no Brasil**: da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015

MORAES, F.; SILVA, M. . ONDE ESTÁ RU ANDA NO MAPA? DECOLONIALIDADE, SUBJETIVIDADE E O RACISMO EPISTÊMICO DO JORNALISMO. In: MENDES, Francielle Maria Modesto; QUEIRÓS, Aquinei Timóteo; SILVA, Wagner da Costa. (Org.). **Pesquisa em Comunicação: jornalismo, raça e gênero**. 1ed.Rio Branco: Nepan, 2021a, v. 1, p. 94-109

MORAES, F. ; SILVA, M. . **A objetividade jornalística tem raça e tem gênero**: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: BOMFIM, Ivan; SARTOR, Basilio; VIEIRA, Karine; VEIGADA SILVA, Marcia. (Org.). **Mídia e Zeitgest**. 1ed.Florianópolis: Insular, 2021b, v. 1, p. 113-138.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MOUILLAUD, M. **O Jornal**: da forma ao sentido. 2.ed. Brasília, DF: Editora UNB, 2002.

MOURA, C. **Imprensa negra**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1984.

NEVES, L.; MOREL, M.; BESSONE, T. Faperj. **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006

PINTO, A. F. M.. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2010. v. 1. 184p

PINTO, A. F. M.. **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

REIS, L. M. **Escravos e abolicionismo na imprensa mineira, 1850-1888**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

REIS, L. M. **Crimes e escravos na capitania de todos os negros (Minas Gerais, 1720-1800)**. 1. ed. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa III**. Campinas, SP: Papirus, 1997

RIPLEY, C.P. **The Black Abolitionist Papers** Vol. IV. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1991.

RODRIGUES, C. FREITAS, V. **Ativismo Feminista Negro no Brasil**: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 34. e238917, 2021, pp 1-54

RODRÍGUEZ ASTIZ, J. **El discurso abolicionista en la prensa peruana (1800-1850)**: una aproximación al tema”, en Etnicidad y discriminación racial en la Historia del Perú, ed. Ana Cecilia Carrillo. Lima: PUCP/Instituto Riva-Agüero, 1998, pp.147-163.

ROMANCINI, R; LAGO, C. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SCHWARCZ, L. K. M.. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

SILVA, M. V. **Masculino, o gênero do jornalismo:** Modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014

SODRÉ, M. **Claros e Escuros:** Identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

WERNECK SODRÉ, N. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

ZULETA, E. **Movimiento antiesclavista en Antioquia.** Boletín de Historia y Antigüedades, 10, 1915, pp. 32-37.